



Muitas tentativas de obstrução antes da aprovação no Senado



Um intervalo para o café, durante a madrugada.



Fora do plenário, para não dar quórum.

TENTATIVA DE IMPUGNAÇÃO

Erros: Itamar Franco ameaça recorrer ao STF.

As irregularidades contidas na redação final do projeto de reforma fiscal votado pela Câmara dos Deputados dificultou bastante a votação do pacote e no Senado Federal. A expectativa que se criara em torno da possibilidade de o projeto ser submetido a uma nova votação na Câmara, em virtude dos erros, só foi rompida poucos minutos depois das 21 horas de anteontem, quando o presidente do Senado, José Fragelli, resolveu dar seguimento ao processo, apesar de a discussão da matéria poder ser reaberta se algum senador assim o desejasse.

Fragelli esclareceu que, nos termos regimentais — alínea D do parágrafo único do artigo 361 do regimento interno do Senado —, as modificações a serem feitas nos autógrafos a serem enviados à Presidência da República decorreriam de medida administrativa da mesa do Senado. Mais: como os autógrafos ainda não haviam sido enviados ao Poder Executivo, configurava-se a oportunidade regimental prevista para que as correções fossem feitas.

Na discussão da matéria que se seguiu à decisão de Fragelli, o senador Itamar Franco (PMDB-MG) admitiu que poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) por discordar da decisão da mesa.

O senador Otávio Cardoso (PDS-RS) foi quem anunciou às

19h30 que os líderes do PDS e do PDT e ainda o senador Itamar Franco iriam requerer nova votação do "pacote fiscal no Senado, tendo em vista as falhas do texto, denunciadas pela imprensa. Eles encaminharam, então, à mesa do Senado, o requerimento pedindo que fosse susinado o envio da matéria para sanção do presidente da República e fosse reaberta a discussão, a fim de que se fizesse uma nova votação. Eles anexaram ao requerimento cópias da ata da sessão da Câmara em que ficava claro que os artigos 94, 95, 96 e 97 haviam sido rejeitados naquela casa e que não podiam, portanto, figurar no texto aprovado pelo Senado Federal.

Também com cópias da ata da sessão da Câmara às mãos, um líder do PTB, parecia inconformado: "Isso demonstra o açodamento com que a matéria foi votada. Não se trata de incompetência da Câmara, mas apenas de falta de tempo para estudar os 105 artigos que integram o projeto, em meio a uma dezena de votações consecutivas".

Caso o Senado não corrigisse a falha em nova votação, o líder petebista só via duas soluções para o caso: mandar o "pacote" à sanção do presidente com uma observação sobre o erro cometido pela Câmara ao elaborar a redação final, a fim de que ele vetasse os quatro artigos

objeto da polêmica: ou, caso o presidente não vetasse, ingressar com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando a inconstitucionalidade daqueles artigos, comprovando com a ata da sessão — que eles haviam sido rejeitados na Câmara.

O parlamentar denunciou que, no Senado, onde o pacote levou apenas 12 horas para receber a aprovação final, "se repetiu o atropelamento verificado em sua votação na Câmara, nem dando tempo para que fosse esclarecido o problema". Lembrando que, na semana passada, o senador José Fragelli havia anulado uma votação da proposta de convocação da Constituinte, diante da alegação de que faltava um senador, o deputado do PTB observou:

— Da mesma forma que, naquela madrugada, ele telefonou para o Rio e Mato Grosso procurando pelo senador Saldanha Derzi, de cujas afirmações se valeu para anular a votação, o presidente do Senado deveria ontem ter interrompido a apreciação do pacote e telefonado para o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que se encontrava em Brasília, a fim de esclarecer o assunto. Mas o presidente do Congresso estava disposto a aprovar a matéria a qualquer custo, e preferiu assumir o risco, o que é lamentável.